

## CORRECÇÃO DA FICHA DE AVALIAÇÃO

### Tema IV - A Organização Económica das Sociedades

#### Unidade 12 - A economia portuguesa no contexto da União Europeia

1.
  - 1.1 V
  - 1.2 V
  - 1.3 F - Normalmente a integração funciona como um instrumento de estabilidade política.
  - 1.4 F - A União Económica é uma forma mais aprofundada de integração económica do que o Mercado Comum.
  - 1.5 V
  - 1.6 V
  - 1.7 F - Estes países criaram a CEE e não a EFTA.
  - 1.8 F - Foram membros fundadores da EFTA.
  - 1.9 F - Pretendia ser uma Zona de Comércio Livre.
  - 1.10 V
  - 1.11 V
  - 1.12 F - Passou a basear-se em três pilares: CE, PESC e Cooperação na Justiça e Assuntos Internos.
  - 1.13 F - Estamos a falar na aproximação, em termos quantitativos, dos principais indicadores económicos e financeiros dos diversos países.
  - 1.14 V
  - 1.15 F - Só será tomada se, além disso, os Estados-membros que a aprovarem, representarem 65% da população comunitária.
  - 1.16 V
  - 1.17 V
  - 1.18 V
  - 1.19 F - Continuam a ser responsáveis pelas suas relações internacionais.
  - 1.20 V
2. A integração é, em princípio, um processo compensador, porque de uma maneira geral, as vantagens são superiores aos inconvenientes. Na verdade, o favorecimento do crescimento económico, a existência de economias de escala e a possibilidade de desenvolvimento de determinadas actividades só compatíveis com grandes mercados, são vantagens normalmente associadas aos processos de integração, enquanto que as desvantagens estão relacionadas com a perda de algumas receitas fiscais e de alguma autonomia. O balanço é, normalmente, positivo.
3. A proliferação de blocos económicos regionais está relacionada com a necessidade de melhor resistir ao aumento de competitividade associado à globalização que caracterizam as nossas sociedades actuais.
4.
  - 4.1 Organização Europeia para a Cooperação Económica.
  - 4.2 O seu objectivo inicial mais importante passava pela necessidade de administração dos fundos do Plano Marshall.
5.
  - 5.1 CECA (Comunidade Europeia do Carvão e do Aço).
  - 5.2 O objectivo era a manutenção da paz na Europa e o carvão e o aço eram os produtos mais importantes em caso de corrida ao armamento, daí a necessidade de existência de uma autoridade que superintendesse na sua produção.
  - 5.3 EURATOM e CEE.
6. Entraves físicos e entraves técnicos, relacionados com as barreiras à livre-circulação de mercadorias e pessoas, entraves fiscais (harmonização do IVA) e harmonização dos concursos públicos de serviços e obras públicas.
7.
  - 7.1 Procedeu-se à harmonização do IVA.
  - 7.2 A harmonização ainda não é total porque não se efectuou ainda a harmonização da fiscalidade sobre os rendimentos de capitais e sobre o volume de negócios.
8. Um mercado só é verdadeiramente único com uma moeda única, de contrário continuam a existir algumas barreiras à livre-circulação de mercadorias e pessoas, porque continuam a existir alguns custos associados à existência de várias moedas e à necessidade de efectuar câmbios.

9. Conjunto de condições impostas para a passagem à terceira fase da União Económica e Monetária que se justificavam pela necessidade de aproximação dos resultados económicos dos diferentes países.
10. Emitir moeda, garantir a estabilidade monetária e fixar a taxa de juro de referência.
11. O Sistema Europeu de Bancos Centrais é constituído pelo BCE e pelos Bancos Centrais Nacionais.
12. A adaptação das instituições da UE tornou-se, pois, imperiosa quanto a:
- número de votos de cada país no Conselho de ministros;
  - número de deputados no Parlamento Europeu;
  - número de Comissários europeus e respectiva distribuição por país;
  - definição de uma nova maioria qualificada;
  - limitação do direito de veto e alargamento do âmbito das decisões por maioria.
13. Pelo Tratado de Nice a UE a funcionar com 25 países e para que o Conselho de Ministros tome uma decisão é necessário que se verifiquem cumulativamente as seguintes condições:
- 75% dos votos a favor dessa decisão (maioria qualificada), ou seja, 258 votos;
  - a aprovação pela maioria dos Estados-membros;
  - os Estados-membros que aprovem as decisões devem representar 62% da população comunitária.
14. A entrada dos novos países obrigaram a reorientar os fundos comunitários no sentido de canalizar aquelas verbas para as zonas sujeitas a importantes reestruturações económicas e sociais segundo novos critérios, nomeadamente:
- a promoção do desenvolvimento das regiões mais pobres e favorecendo a modernização das respectivas estruturas económicas; a reconversão económica e social das zonas em dificuldade, tais como as regiões industriais que estão a passar por mutações socioeconómicas; as regiões rurais em declínio; as regiões piscatórias atingidas pela reestruturação do sector; e as zonas urbanas em crise (objectivo 2 da Política Regional);
  - a adaptação e a modernização das políticas de educação, de formação e emprego de modo a ajudar os desempregados, os jovens, os excluídos ou, mais geralmente, o conjunto dos trabalhadores e dos cidadãos da União a encontrar trabalho, a adaptar-se às mutações económicas actuais, a aceder, ao longo da vida, à educação e à formação profissional (objectivo 3 da Política Regional).
- Os novos membros, porque apresentam um desenvolvimento inferior à média comunitária serão os principais beneficiários destas verbas.
15. A coesão económica e social é um princípio e simultaneamente um objectivo comunitário que visa a promoção de um desenvolvimento harmonioso do conjunto da Comunidade, combatendo e evitando as desigualdades entre países e regiões da União. Por isso, foi criada uma política de coesão económica e social, que é apoiada através dos fundos com finalidade estrutural (FEOGA - Orientação, Fundo Social Europeu, Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional - FEDER) e de um Fundo de Coesão. Para os países menos ricos da União, este último contribui financeiramente para a realização de projectos no domínio do ambiente e das infra-estruturas dos transportes.
16. O Princípio da coesão económica e social - que visa a promoção de um desenvolvimento harmonioso do conjunto da Comunidade, combatendo e evitando as desigualdades entre países e regiões da União - está consubstanciado na Política Regional cuja consecução com as demais políticas comunitárias têm em vista alcançar a convergência real, isto é, a aproximação das condições de vida económicas e sociais em todas as regiões da União.
17. A política regional enfrenta, actualmente, três grandes desafios:
- o alargamento que obriga a um maior esforço no sentido da coesão económica e social, já que a maioria da população dos novos países-membros (bem como dos países ainda candidatos), vive em regiões com um PIB inferior a 75% da média da União alargada;
  - a liberalização do comércio, já que num mercado cada vez mais globalizado, torna-se necessário criar condições de competitividade, nomeadamente em termos de infra-estruturas, para as empresas da UE e os postos de trabalho que estas representam possam competir, em termos de produtos, serviços e mão-de-obra, com o Resto do Mundo;
  - a revolução nas tecnologias da informação levou a que a aquisição de saberes e competências nesta área por parte de todos os trabalhadores passasse a ser uma condição indispensável para competir na economia mundial.

18.

- a criação do Alto Representante da Política Externa e de Segurança, cargo que visa dotar a União de uma maior projecção diplomática;
- a criação de uma força militar de intervenção internacional em missões humanitárias, de salvação, e na manutenção e instauração da paz;
- a criação, no âmbito da PESC - e nela integrada - de uma Política Europeia de Segurança e Defesa (PESD), com potencialidades, se houver posteriormente acordo, para criar uma estrutura de defesa comum;
- a introdução de mecanismos de flexibilidade nos processos de votação, no que diz respeito às decisões da PESC, permitindo a abstenção, a votação, por maioria qualificada, ou permitindo que uma maioria de países aja por iniciativa própria.